

ESTADO DE RONDÔNIA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

Comissão de Constituição e Justiça

Oficio nº 005/CCJ/CMB/2025

Buritis/RO, 28 de março de 2025.

Exmo. Sr.

Valtair Fritz dos Reis

Prefeito

Buritis/RO

Prefeitura de Buritis Gabinete do Prefeito Rec. 28 / 03 / 25 hs;

Assunto: Comunicação de restituição do Projeto de Lei Ordinária nº 074/2025

Exmo. Sr. Prefeito,

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Buritis, no exercício de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, **comunicar o indeferimento** do Projeto de Lei Ordinária nº 074/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, acompanhado pela Mensagem de Lei nº 695/2025, que "Dispõe sobre honorários dos Procuradores do Município de Buritis".

Fundamentação Jurídica e Deliberação:

Inadmissibilidade por reiteração de matéria:

Verifica-se que o parágrafo único do referido projeto trata de matéria idêntica àquela já apreciada por esta Casa Legislativa em momento anterior, tendo sido inclusive objeto de veto por parte do Poder Executivo Municipal. Tal reiteração caracteriza vício de iniciativa, nos termos do disposto no Art. 118, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Buritis, que veda a apreciação de proposições que versem sobre matéria idêntica ou assemelhada a outra já em tramitação.

Incompatibilidade com o ordenamento jurídico vigente:

Embora o projeto faça referência ao **Código de Processo Civil** no que tange aos honorários advocatícios sucumbenciais, sua redação atual conflita com entendimentos já consolidados pelo Legislativo Municipal, criando **insegurança jurídica** e **duplicidade de regulamentação** sobre o mesmo tema.

Violação ao princípio da legalidade e da segurança jurídica:
 A reapresentação de matéria já decidida sem novos elementos que justifiquem sua reconsideração afronta os princípios constitucionais da administração pública, em especial os da legalidade, impessoalidade e moralidade, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal.

Juie

1



Comissão de Constituição e Justiça

Decisão:

Diante do exposto, a Comissão de Constituição e Justiça **indeferiu por unanimidade** o Projeto de Lei Ordinária nº 074/2025, determinando seu **arquivamento** nos termos regimentais, sem prejuízo da devolução ao Poder Executivo para ciência e eventuais providências.

Considerações Finais:

Reiteramos nosso compromisso com o estrito cumprimento da legalidade e com o aperfeiçoamento contínuo do ordenamento jurídico municipal, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Juliana Cibelly dos Santos Presidente da CCJ

Lucas Luiz de Cristo Teixeira

Relator da CCI

Dhionatas de Tassos Fagner Membro da CCJ